CONTRATO N.º 1/2021

TRABALHOS DE PINTURA DE PAREDES E TETOS, ENVERNIZAMENTO DE CHÃO E APLICAÇÃO DE VINÍLICO (PISO 3 E 4 DO GEP DO EDIFÍCIO DO MTSSS)

Entre: -----

Gabinete de Estratégia e Planeamento, sita na Praça de Londres, n.º 2, 1049-056 Lisboa, com o Número de Identificação de Pessoa Coletiva 600082717, adiante designado por GEP, legalmente representada neste ato pela Exmo. Dr. José Luís Albuquerque, na qualidade de Diretor-Geral, portador do documento de identificação número [REDACTED], no uso de poderes próprios e bastantes para o efeito, nos termos do Despacho n.º 2185/2020, de 14 de fevereiro, como **Primeiro Outorgante**. -----

----- E -----

ARAGÃO SEIA LDA., com sede na Praceta Fernando Valle, n.º 2 A, 1750-489 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 509339387, neste ato representada por Ana Margarida Morgado Gama de Aragão Seia, portadora do documento de identificação número [REDACTED], com poderes para outorgar o presente contrato, na qualidade de Gerente, como **Segundo Outorgante**. -----

Considerando: -----

a) Os Despachos de delegação de competências do membro do Governo da Tutela ns.º 2185 de 14 de fevereiro de 2020, conjugado com os artigos 36.º, n.º 2 do 40.º, e n.º 1 do 67.º do CCP, alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a competência para a decisão de contratar, autorizar a despesa e aprovar as peças do procedimento é do Senhor Diretor-Geral do GEP por despacho exarado a 26 de março de 2021.-----

----- b) A despesa inerente ao presente contrato é suportada pela dotação orçamental da rubrica D.07.01.03.A0.B0 - Edifícios, atividade 253, Fonte de Financiamento 311 do orçamento do GEP, que se encontra devidamente cabimentada com o n.º AO42100039, com o n.º de compromisso AO52100102; -----

----- c) A prestação de serviços objeto do presente contrato foi adjudicada por Despacho do Diretor-Geral do GEP, Dr. José Luís Albuquerque exarado a 23 de junho de 2021. -----

----- d) A minuta do contrato foi aprovada por Despacho do Senhor Diretor-Geral do GEP, Dr. José Luís Albuquerque exarado a 23 de junho de 2021. -----

É celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato, o qual se rege pelas seguintes cláusulas: -----

Cláusula 1.^a

Objeto

1 - O presente contrato tem por objeto a *Empreitada de trabalhos de pintura de paredes e tetos, envernizamento de chão e aplicação de vinílico (Piso 3 e 4 do GEP no Edifício do MTSSS)*, rege-se pelo disposto no Caderno de Encargos e respetivos anexos, expressamente aceites no Anexo I, datado de 21 de abril de 2021, que fazem parte integrante deste contrato. -----

Cláusula 2.^a

Forma e documentos contratuais

1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado e integra ainda os seguintes elementos: -----

----- a) Os esclarecimentos e retificações relativos ao caderno de encargos; -----

----- b) O caderno de encargos; -----

----- c) A proposta adjudicada. -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e a cláusula do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no art.º 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo segundo outorgante nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal. -----

Cláusula 3.^a

Preço Contratual

1 - Pela realização da empreitada objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do caderno de encargos, o Primeiro Outorgante deve pagar ao Segundo Outorgante o valor de **78.500,32€ (setenta e oito mil e quinhentos euros e trinta e dois cêntimos)**, **acrescido de IVA no valor de 4.710,02€, perfazendo o valor de 83.210,34€ (oitenta e três mil, duzentos e dez euros e trinta e quatro cêntimos)**. -----

2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas, nomeadamente as despesas com deslocações, alojamento e alimentação, meios humanos, técnicos e equipamentos afetos à prestação dos serviços, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças. -----

Cláusula 4.^a

Condições de Pagamento

1 – As quantias devidas pelo Primeiro Outorgante devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção e validação da fatura a emitir pelo Segundo Outorgante. -----

2 - As faturas devem discriminar os serviços a que se reportam, o número de compromisso financeiro associado e o qual será indicado pelo Primeiro Outorgante, sob pena de devolução das mesmas. -----

3 - Em caso de discordância por parte do Primeiro Outorgante quanto aos valores indicados nas faturas ou os autos de medições, este deve comunicar, por escrito, ao Segundo Outorgante, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a novo documento contabilístico adequado. -----

5 - Em caso de atraso no pagamento são devidos juros de mora, à taxa legal. -----

6 - As faturas deverão ser emitidas em nome do Gabinete de Estratégia e Planeamento, com o NIF 600082717 e remetidas **apenas por via eletrónica**, para o seguinte endereço: gep@gep.mtsss.pt, mencionando o número de compromisso indicado no contrato. -----

Cláusula 5.^a

Mora no Pagamento

Verificando-se atraso do Primeiro Outorgante no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o Segundo Outorgante direito aos juros de mora sobre o montante em dívida, à taxa legalmente fixada para o efeito, pelo período correspondente à mora. -----

Cláusula 6.^a

Duração do contrato

1 - O contrato inicia-se com a sua outorga e vigora **pelo prazo de 45 dias seguidos**, sem prejuízo do cumprimento das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação. -----

Cláusula 7.^a

Cauções

1 – Não sendo exigida prestação de caução, o Primeiro Outorgante irá proceder à retenção de 10%, sobre os pagamentos parciais previstos, conforme previsto no n.º 3 do artigo 88.º do CCP para garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais. -----

2 - A retenção para garantia pode, a todo o tempo, ser substituído por depósito de títulos, garantia bancária ou seguro-caução.-----

Cláusula 8.^a

Gestor do Contrato

1 – O gestor do contrato do Primeiro Outorgante é o [REDACTED] e exerce as funções previstas no artigo 290-Aº do CCP, com o email: [REDACTED];-

2 – O gestor do contrato do Segundo Outorgante é [REDACTED], com o email [REDACTED], e número de telefone [REDACTED] -----

Cláusula 9.^a

Prazo de Garantia

- 1 - O prazo de garantia será de:-----
----- a) 5 anos; -----
----- b) Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra;-----
2 – Excetuam-se, do disposto no n.º 1, as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.-----

Cláusula 10.^a

Alvarás

- 1 – O primeiro outorgante é portador do alvará abaixo identificado com o n.º 68842 - PUB, emitido pelo IMPIC – Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção: -----
----- a) 1.^a Categoria – 4.º, 5.^a e 6.^a Subcategoria; -----
----- b) 5.^a Categoria – 1.^a Subcategoria; -----
2 – A entidade Electro R. André, Lda., com o nif 503992143 enquanto entidade contratada pelo primeiro outorgante em regime de subempreitada, conforme subcontrato datado de 28 de junho de 2021, é portadora do alvará abaixo identificado com o n.º 32056 - PUB, emitido pelo IMPIC – Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção:-----
----- a) 4.^a Categoria – 1.^a Subcategoria. -----

Cláusula 11.^a

Penalidades contratuais

Em caso de incumprimento das obrigações assumidas pelo Segundo Outorgante no âmbito deste contrato, são aplicáveis as penalidades previstas no Caderno de Encargos.-

Cláusula 12.^a

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência

do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Cláusula 13.^a

Omissões

Em tudo o omissos o contrato rege-se pelas disposições do caderno de encargos, as do Código dos Contratos Públicos e as demais disposições legais aplicáveis. -----

Por estarem de acordo, firmam as partes o presente contrato composto por 6 páginas, o qual é feito em duplicado, ficando um exemplar em poder de cada outorgante. -----

Lisboa,

O Primeiro Outorgante

**José Luís
Albuquerque
que**

Digitally signed by José Luís Albuquerque
DN: c=PT, title=Diretor-Geral, ou=Direção, o=Gabinete de Estratégia e Planeamento, cn=José Luís Albuquerque
Date: 2021.07.22 15:09:18 +01'00'

O Segundo Outorgante

**ANA MARGARIDA
MORGADO GAMA DE
ARAGÃO SEIA**

Assinado de forma digital por ANA MARGARIDA MORGADO GAMA DE ARAGÃO SEIA
Dados: 2021.07.20 21:24:41 +01'00'